

A DIFUSÃO DO LIVRO E DA LEITURA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NA PASSAGEM DO IMPÉRIO PARA A REPÚBLICA

Maria Alayde Alcântara Salim *
Ueber José de Oliveira **

Resumo: Com base em diversificadas fontes documentais, o artigo aborda questões relacionadas à circulação e apropriação do livro e demais impressos – jornais, revistas, etc. –, bem como às condições de produção e circulação dos mesmos identificando, também, as políticas públicas voltadas para a difusão da leitura em interface com as mudanças da estrutura educacional e de bibliotecas públicas, no Espírito Santo, entre o final do século XIX e o limiar do século XX. Com relação à produção escrita, focalizamos o envolvimento dos professores e dos alunos das duas principais instituições de ensino secundário da cidade de Vitória na vida literária e jornalística da capital. Procuramos desenvolver essa análise a partir do entrecruzamento das informações relativas aos aspectos políticos, econômicos e socioculturais que marcavam a sociedade capixaba a partir das últimas três décadas do século XIX até o final da denominada Primeira República (1889-1930).

Palavras-chave: Cultura. Leitura. Livro.

THE DIFFUSION OF THE BOOK AND THE READING IN THE STATE OF ESPÍRITO SANTO, IN THE PASSAGE FROM THE EMPIRE TO THE REPUBLIC

Abstract: Based on diverse documentary sources, the article addresses issues related to circulation and appropriation of the book and other printed matter – newspapers, magazines, etc. – as well as the conditions of production and circulation of the same, identifying also the public policies aimed at the diffusion of the reading in interface with the changes of the educational structure and of public libraries, in Espírito Santo, between the end of 19th and the threshold of the 20th century. About the written production, we focused on the involvement of teachers and students from the two main secondary education institutions in the city of Vitória, in the literary and journalistic life of the capital. We sought to develop this analysis from the intersection of information on the political, economic and socio-cultural aspects that marked the society of the state from the last three decades of the nineteenth century until the end of the so-called First Republic (1889-1930).

Keywords: Culture. Reading. Book.

Introdução

O propósito do presente artigo é abordar, em uma perspectiva histórica, questões relacionadas com a circulação e apropriação do livro e demais impressos – jornais, revistas e livros –, bem como as condições de produção e circulação dos mesmos identificando, especialmente, as políticas públicas em relação à aquisição de livros para as escolas e bibliotecas públicas, no Estado do Espírito Santo, entre o final do século XIX e o limiar do século XX. Com relação à produção escrita, focalizamos o envolvimento dos professores e dos alunos das duas principais instituições de ensino secundário da cidade de Vitória, Escola Normal e Ginásio Espírito Santo, na vida literária e jornalística da capital. Procuramos desenvolver essa análise a partir do entrecruzamento das informações relativas aos aspectos

políticos, econômicos e socioculturais que marcavam a sociedade capixaba a partir das últimas três décadas do século XIX até o final da denominada Primeira República, 1930.

É importante destacar que alguns professores das duas instituições de ensino supramencionadas tinham uma atuação intensa em outras áreas de produção cultural da província, depois Estado do Espírito Santo, fato que favorece a percepção das ideias e concepções desses profissionais, expressas em seus escritos publicados na imprensa local e nos livros. O grupo de pessoas, no Estado, que possuía formação superior era muito restrito. Por isso, com bastante frequência, advogados, médicos e engenheiros exerciam outras atividades, como a de professores secundários, de jornalistas, escritores, administradores públicos, entre outras. Esse era o perfil da maior parte dos professores das duas escolas que, durante o período focalizado, exerceram uma participação na produção literária e jornalística local.

A partir desses aspectos, o artigo se divide em quatro partes, além dessa introdução e das considerações finais. Na primeira, tratamos do surgimento dos primeiros impressos, ainda bastante rarefeitos e pouco sistematizados, até a emergência dos primeiros jornais mais robustos e duradouros. Na segunda parte, tratamos da criação da Biblioteca Estadual, a partir da iniciativa de membros da elite política capixaba, insatisfeitos com o descaso do poder público quanto à criação de estruturas voltadas para o fomento ao ato de ler. No terceiro item, tratamos do advento do mercado de livros no Estado, especialmente em Vitória. No quarto tópico, analisamos o incremento da leitura e da escrita no Espírito Santo no início do século XX, momento marcado por várias mudanças e profundas na produção literária, que impactaram de maneira direta na política de circulação de livros. Nesse contexto, a escrita despontava como um instrumento de tomada de consciência acerca da condição social do indivíduo, passando a ter, portanto, uma conotação política. Por fim, nas considerações finais, apontamos as conclusões gerais, seguidas das referências bibliográficas.

Os impressos no Espírito Santo entre a segunda metade do século XIX e início do século XX: das origens aos primeiros jornais

Na Província do Espírito Santo, conforme Daemon (1879), a presença da primeira tipografia data de 1840. Segundo ele,

Chegou em 1840, à Victoria, a primeira Typoguafia, mandada buscar por Ayres Vieira de Albuquerque Tovar, alferes do exército, para publicar um jornal, inserido os actos do Governo, na administração do presidente Dr. João Lopes da Silva Coito. (DAEMON, 1879, p. 18).

A inexistência de uma tipografia na província até aquela data não impedia que alguns textos escritos circulassem entre a população da Capital da província. A pesquisa de Bittencourt (1998), por exemplo, mostrou que os opositores dos governos coloniais manuscreviam pequenos pasquins de protesto para serem fixados nas paredes de locais públicos na cidade de Vitória.

O primeiro jornal, que recebeu o nome de *Correio da Victória*, surgiria oito anos depois, em 1848, graças a um acordo firmado com o governo da província. Na verdade, a atividade jornalística no Espírito Santo, devido à escassez de recursos e ao restrito público de leitores, manteve-se atrelada ao governo ou a algum partido político até meados do século XX. Os periódicos ditos independentes até que apareciam, mas tinham curta duração, a exemplo do *Regeneração*, primeiro periódico de divulgação literária, publicado no ano de 1853 por um professor de latim da Capital que, segundo as informações fornecidas por Claudio (1981), sobreviveu apenas durante um ano. Além dos jornais, também eram impressos textos literários que circulavam entre a população. É importante destacar que a grande maioria desses textos era escrita por padres e abordava temas estritamente religiosos.

Nesses periódicos que circulavam a partir das últimas décadas do século XIX, uma nova ideia ganhava espaço lentamente: a necessidade da educação feminina e do desenvolvimento do hábito da leitura entre esse novo segmento de público que se formava. Contudo, a educação e a leitura eram concebidas como formas de manutenção do papel social desempenhado pela mulher. Para efeito de demonstração, na seção de literatura do jornal *O Espírito Santense*, de 4 de abril de 1874, encontra-se publicado um artigo intitulado *A mulher bem educada*:

[...] pais, educai, pois, vossas filhas; dai-lhes o alimento moral em toda a sua plenitude, incuti-lhes desde a tenra idade o amor e o temor a Deus, ensinai-lhes a rezar, explicando-lhes a reza, com o verdadeiro sentido das palavras; e dai-lhes para ler bons livros. Ensinai-lhes os arranjos caseiros, para que possam ser boas mães de família. (O ESPÍRITO SANTENSE, 4 de abr. 1874, p. 2).

Nas últimas décadas do século XIX, tornava-se cada vez mais frequente a presença feminina nas seções de literatura nos jornais da Capital, com escritoras nacionais, como Julia Costa e Julia Lopes de Almeida. Entre as capixabas, destacava-se, principalmente, a professora normalista Adelina Lírio que dirigia, na cidade de Vitória, no final do século XIX, o colégio particular Nossa Senhora da Conceição. A professora iniciou sua atividade literária ainda nos tempos de estudante do Colégio Nossa Senhora da Penha, publicando poesias em pequenos jornais destinados à literatura que circulavam na cidade de Vitória. Data dessa época um poema juvenil dedicado a uma amiga, que provavelmente foi uma das suas primeiras participações na imprensa local:

Bem quizera, oh chara amiga,
Provas dar-te d' amizade
Exceder porém não pode
Esta minha pouquidade
Recebe estes versos meos,
Tão pouco metrificados;
São sentimentos singelos,
Inda mal balbuciados.
Mais tarde, quando o estudo,
Me tiver aperfeiçoada;
Heide bem avaliar-te
Em poesia sublimada
Não desprezes pois os risos
D' estes brincos de poesia;
O que é feio degenera
O perfeito principia.
(SETE DE SETEMBRO, 1879, p. 3)

Os textos eram, em sua maioria, poemas românticos que falavam dos desencontros e desilusões amorosas, como é o caso do poema *Qu' importa?*, publicado pela mesma autora no mais importante jornal do Estado que circulava na época:

[...] Mas hoje sinto n'alma
Agra dor, triste agonia
Que m'importa a luz da lua
Que m'impota a Luz do dia
Que m' importa a voz da brisa
Se me fala o coração
Se procuro fugir sempre
D' este mundo d'ilusão
Só desejo ver o mundo
Através da solidão
Occultando a cruel dor

Que m'opprime o coração!
Se m'inspira, me commove
O cantar do trovador?
Se meu peito também geme
Agonizante de dor?
Que m'importa dos soluços
Da onda que beija a praia
Se minha doce illusão
Pouco a pouco se desmaia!
(A PROVINCIA DO ESPIRITO SANTO, 11 de junho de 1882, p. 3).

O fato de uma mulher ter publicado em um veículo da imprensa regional não quer dizer que a participação de segmentos sociais, como mulheres e negros, na atividade literária fosse algo comum e aceito pela sociedade da época. Por exemplo, no ano de 1892, um crítico literário que escrevia para um jornal da cidade de Vitória informava, com grande espanto, o fato de uma mulher negra publicar um livro na cidade de Chicago: “[...] auctora Sarah E. Ferro é de uma cor do ébano pura! Tem 26 anos e vive em Chicago. Os seus autores favoritos são Holmes, Dickens e Takeray” (ESTADO DO ESPIRITO SANTO, 17 de julho de 1892, p. 3).

Nesse período, a literatura, bem como todas as referências culturais francesas, representavam a Modernidade, o progresso e a sofisticação, ao passo que a herança portuguesa e suas referências culturais eram associadas às imagens do passado colonial, do atraso econômico e do sistema monárquico, enfim a todas as marcas que, naquele momento, buscava-se superar. Os novos segmentos sociais urbanos, responsáveis pela edificação de uma nova narrativa histórica, opunham-se à fisionomia política, econômica e cultural do país, em especial de herança lusitana, incorporando o discurso da modernidade e da exaltação do progresso, característico do final do século europeu, de matrizes francesa e inglesa, especialmente o primeiro, mesclado aos modelos políticos provenientes da realidade norte-americana.

No Espírito Santo, não era diferente. O culto à França era tão exagerado que, segundo Novaes (1964), até o ano de 1908, durante as cerimônias públicas estaduais, o hino executado era a *Marselhesa*. Na segunda metade do século XIX, os principais jornais locais, *A Província do Espírito Santo* e *o Espírito Santense*, reproduziam as notícias de Paris e do Rio de Janeiro e, nas seções literárias, predominavam os folhetins franceses de leitura fácil.

Com relação, ainda, à cultura francesa, não se pode deixar de destacar a propagada influência do positivismo no processo de implantação do regime

republicano. As ideias de Comte invadiram os centros de estudo superiores no Brasil, apresentando-se como uma referência teórica fundamental na formação dos futuros dirigentes políticos e econômicos e dos grupos que controlavam a produção cultural no país. Além de defenderem concepções relacionadas ao evolucionismo social e a ideia do progresso como força motriz da História, os intelectuais positivistas brasileiros, em seus discursos, defendiam a necessidade da afirmação de uma identidade e dos valores da cultura nacional e local que se constituíram a partir dos modelos dominantes da cultura ocidental.

Na visão desses pensadores, para que o Brasil alcançasse o almejado progresso social e civilizatório, era fundamental o desenvolvimento da cultura escrita, da literatura e da leitura entre a população. Por isso, verifica-se, nos projetos dos dirigentes que atuavam na área da cultura, no início do século XX, o objetivo da disseminação dos meios materiais que fomentassem a atividade da escrita e da leitura. Havia, assim, todo um discurso de incentivo à atividade literária, à publicação de jornais e revistas, ao desenvolvimento de publicações pedagógicas, à formação de academias, institutos e clubes literários, enfim, de todas as atividades que pudessem impulsionar as práticas de escrita e leitura.

A valorização da leitura no Espírito Santo: o advento da biblioteca estadual

No Espírito Santo, esse clima de valorização das atividades literárias pode ser claramente percebido ao observarmos as publicações da imprensa e as discussões travadas entre as elites dirigentes durante o período focalizado. Em 1875, o presidente da Província Dr. João Thomé da Silva, em seu discurso dirigido à Assembléia Provincial, chamava a atenção para a necessidade de organizar uma biblioteca no Estado. Destacava a importância desse empreendimento para incrementar a educação e a cultura local. Segundo suas informações, da Biblioteca Estadual, que fora criada no ano de 1855, a partir da doação de 400 volumes por Brás Rubim, restavam poucos livros, entregues *às traças e à poeira*:

Não sirva isso de desânimo; foi há dezoito annos, que teve lugar sua fundação, e d'então para cá os tempos têm mudado. Hoje que a província, despertando desse lethargo, em que dormia, tenta levantar-se e caminhar, hoje que os espíritos como que se abrem às luzes da instrução, uma bibliotheca Serpa um facho mais, que se accenda, e cujos luminosos raios não se apagarão (O ESPIRÍTO SANTENSE, 10 maio 1873, p. 1).

O mesmo Presidente de Província finalizou sua mensagem solicitando à Assembleia uma verba anual para compra de livros e pagamento de bibliotecário. Apesar da importância atribuída pelo dirigente do Estado, as informações contidas na documentação analisada demonstram que a biblioteca permaneceu funcionando de maneira muito precária, tendo que frequentemente suspender suas atividades de atendimento ao público. No ano de 1898, Pessanha Póvoa (1897), diretor de instrução pública, denunciava, em seu relatório, a pilhagem de livros e lamentava a pequena frequência de leitores:

[...] nem a regularidade *systematica* e *methodica* da minha direção, nem a certeza de que ella funciona de 8 as 3 da tarde tem conseguido maior número de leitores. Os nossos poetas, jornalistas, políticos, litterarios, advogados e funcionários públicos, aqui poucas vezes aparecem. O acervo conta com clássicos e poucos autores modernos. Espero novos livros. (ESPIRITO SANTO, 1897. p. 8).

Apesar do pessimismo do diretor de instrução, os dados publicados nos jornais de então, relativos à frequência mensal à biblioteca, quando os examinamos hoje, mostram uma presença até razoável de leitores, dada a população rarefeita da capital capixaba da época, que não passava de 17 mil habitantes, conforme dados do IBGE¹. Por exemplo, no mês de junho de 1898, foram 276 consulentes, conforme o *Jornal Estado do Espírito Santo* (6 jul.1888, p. 1). A grande maioria procurava os jornais e revistas e, em segundo lugar, apareciam os livros de Literatura e História.

Nos anos seguintes ao de 1898, apesar da grande procura, a Biblioteca Estadual permaneceu fechada ao público. Somente foi reaberta em 1909, pelo então presidente de Estado, Jerônimo Monteiro (1908-1912), que reproduzia, em seus discursos, a ideia da importância social da leitura. Segundo o dirigente, era essencial “[...] a bibliotheca, por proporcionar ao povo – sem distincção de categoria – a aquisição fácil e cômoda de conhecimentos que muito podem influir na vida individual e social” (ESPÍRITO SANTO, presidente J. Monteiro, 1909, p. 13). Na ausência de um espaço adequado, a biblioteca foi instalada, provisoriamente, em um salão térreo da Assembleia Legislativa.



Figura 1 – Salão da biblioteca do Palácio Anchieta.

No acervo, integrado por cerca de 2.000 volumes, poderiam ser encontradas as obras dos principais escritores nacionais e estrangeiros, como: José de Alencar, Gonçalves Dias, Machado de Assis, Casimiro de Abreu, Castro Alves, Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Thomaz Antonio Gonzaga, Raymundo Corrêa, Fagundes Varella, Graça Aranha, Aluisio de Azevedo, Olavo Bilac, Sylvio Romero, Euclides da Cunha, Joaquim Nabuco, Vitor Hugo, Camões, Julio Verne, Eça de Queiroz, entre outros. Além dos clássicos da literatura, o acervo contava com obras de História, Direito, Ciências Naturais, Filosofia (principalmente os positivistas e os retóricos romanos), obras religiosas, revistas, almanaques, coletâneas de leis e decretos².

Apesar da importância dada à biblioteca nos discursos, a construção de um prédio específico para sua instalação foi sucessivamente adiada pelos diversos presidentes de Estado, sob a frequente alegação de falta de verbas e da pouca procura pelo público leitor:

A biblioteca esta instalada contígua ao arquivo em dois salões do pavimento térreo do congresso legislativo, com mobiliário modesto, e dotada das melhores obras do direito. Tencionava prepara-la com algum luxo porem as condições do estado me fizeram adiar esse projeto para tempos melhores. São poucos os visitantes da nossa biblioteca; apenas foi visitada no espaço de um ano por 1248 consultantes. Havendo muito pouca frequência a noite manteve aberta apenas das 11 as 3 da tarde. (ESPÍRITO SANTO, presidente Marcondes de Souza, 1914, p. 187).

Além da falta de um espaço adequado, a biblioteca sofreu, durante toda a Primeira República, com a ineficiência da administração que levava à deterioração e ao extravio de seu acervo. Esse problema era reconhecido até mesmo pelo Presidente do Estado, sem que isso resultasse na adoção de qualquer medida para mudar esse cenário:

Infelizmente, tão importante repartição não teve sempre os cuidados de direção zelosa que evitassem o lamentável estado de desordem e anarquia a que chegou ultimamente. A biblioteca não foi mais feliz do que o arquivo público, faltando-lhe absolutamente o zelo e o cuidado da administração. É necessário instalar a biblioteca em lugar mais apropriado, reorganizar a catalogação e completar as coleções desfalcadas por desvios criminosos de várias obras. (ESPÍRITO SANTO, presidente Bernadino Monteiro, 1920, p. 51).

Em 1927, durante o governo de Florentino Avidos, foi construído um prédio na Rua Pedro Palácios para abrigar a Biblioteca e o Arquivo Público Estadual, que até então se encontravam instalados, provisoriamente, nas dependências da Assembleia Legislativa. Nesse período, o acervo da biblioteca contava com 5.347 volumes e o horário de funcionamento, devido às solicitações dos usuários, foi estendido até às 21 horas. Esse fato demonstra que, apesar de toda a precariedade das condições estruturais, o público leitor crescia e com ele a demanda por novos espaços de leitura.

O comércio de livros na capital capixaba e seu incremento

O comércio de livros na Capital era bastante reduzido. Até o início da década 1870, não havia postos de vendas estabelecidos na cidade. Os anúncios nos jornais mostram que o comércio era realizado por representantes das livrarias do Rio de Janeiro que passavam periodicamente pela cidade. As grandes livrarias do Rio de Janeiro também anunciavam nos jornais locais, certamente para atrair a pequena elite que ocasionalmente passava pela Capital Federal.

Posteriormente, o comércio de livros passou a ser realizado de forma regular em um espaço localizado nas dependências da tipografia do jornal *O Espírito Santense*. No ano de 1881, foi inaugurada, na cidade, a casa Guimarães & Silva, que se apresentava como o primeiro ponto especializado no comércio de livros. No final do século XIX, foram inaugurados mais dois estabelecimentos: a *Papelaria*

O incremento do comércio de livro estava diretamente relacionado com a organização de novos espaços escolares na Capital. É possível estabelecer essa relação ao analisar o acervo dessas livrarias, que era integrado principalmente por livros didáticos e livros de literatura direcionados ao ensino primário e secundário. Dentre os livros de literatura indicados para o ensino secundário, predominavam as coletâneas e seleções literárias e as obras de autores clássicos, como *Eneida* de Virgílio e os *Lusíadas* de Camões. Outra obra que permaneceu durante muito tempo nos programas de ensino foi o poema épico *Caramuru*, de autoria do religioso agostiniano brasileiro José de Santa Rita Durão. Nesse período, a leitura praticada nas escolas secundárias era moldada por princípios religiosos, pois o ensino de línguas estava nas mãos do clero católico. Sendo assim, a feição religiosa da obra certamente determinou sua presença por tantos anos nos programas do ensino secundário.

Além dos livros didáticos, as livrarias também comercializavam revistas, almanaques e, principalmente, os romances. O jornal *Gazeta Literária*, que circulava na cidade de Vitória aos domingos, publicou, no ano de 1899, uma matéria sobre o romance *Lucíola*, destacando a recepção do público em relação à obra de José de Alencar:

Lucíola, magnífico romance de José de Alencar, tem sido por demais procurado na Papelaria e Typographia Comercial. Isso quer dizer que os leitores e leitoras adeptos do laureado escriptor, se desejam possuir e ler a Lucíola, convem que não tarde fazer requisição deste romance, pois estar a esgotar-se o segundo pedido feito a capital federal. (GAZETA LITERARIA, jan. 1899).

Nas últimas décadas do século XIX, ainda que de forma bastante incipiente, os escritores locais ingressavam no mercado do livro. Parte dessas publicações apresentava estudos sobre os aspectos históricos e geográficos do Espírito Santo. Integrando esse grupo, destacam-se os livros *Provincia do Espirito-Santo: sua descoberta, historia chronologica, synopsis e estatística*, de Basilio Daemon (1879), *A Insurreição do Queimado: episódio da história da província do Espírito Santo*, de Afonso Claudio, *Esboço histórico e característicos dos costumes do povo espírito santense desde os tempos coloniais até os nossos dias*, do padre Francisco Antunes de Siqueira (1893), e *Traços biográficos e geographia e história do Espírito Santo*, de Amâncio Pereira (1889).

A produção dessas obras evidencia a preocupação que nascia entre os intelectuais da época com a produção de uma memória histórica para o Estado. A visão do escritor e político Afonso Claudio³ é um exemplo bem claro dessa nova postura em relação à história local. Na introdução do seu clássico estudo sobre o movimento de Queimado, o autor destacava a importância do desenvolvimento da pesquisa histórica na província:

Tentei nas páginas que se seguem reviver um dos episódios da história da província do Espírito Santo, antes que somente a tradição desse dele mais tarde uma idéia imperceptível. Não me pareceu pueril este receio, porquanto os fatos que se ligam ao começo deste século, bem como outros acontecimentos nesta província logo após a proclamação da independência, passam pela memória dos cronistas de então sem despertar-lhes o menor interesse [...]. Quaisquer que fossem as causas que determinaram uma tal lacuna, força é dizer que em consequência disso não temos uma memória que nos dê a suma da vida e do movimento das povoações do território e muito menos de todo ele. (CLAUDIO, 1979, p. 21).

A referida obra foi publicada logo depois de seu retorno ao Estado, após a conclusão do Curso de Direito na Faculdade do Recife (1883). Na falta de documentação escrita sobre o movimento, recorreu, conforme informou na introdução, à *paciência alheia*, ou seja, a reminiscências das pessoas que tiveram conhecimento ou participaram do episódio. Com esse trabalho de pesquisa, o autor conseguiu recolher, por exemplo, quadrinhas que eram recitadas pelos escravos no período que antecedeu a eclosão do movimento:

Os pretos cativos
Querendo ser forros
Usavam cabelos
D'altura dos morros
Pomada d'Ulanda
Fazia murrinha
Em cima do couro
Da carapinha
Camisa engomada
Chapéu de lemar
Diziam-se que os negros
Iam-se acabar
Sapatos de sola
Que fazia ringodô
Andavam na roça
Como os doto (CLAUDIO, 1979, p. 60).⁴

A escolha do tema de pesquisa traduziu a postura abolicionista assumida desde cedo pelo autor, que foi um dos fundadores da *Sociedade Abolicionista Domingos Martins*. O livro foi o primeiro estudo sobre o movimento de *Queimado* e, segundo Neves (1979, p. 15), constitui *uma leitura obrigatória de todos quantos, depois dele, versaram o mesmo tema*. Outro livro do autor – *Trovas e cantares capixabas* – foi considerado por Neves (1980, p. 11) o trabalho pioneiro no campo do folclore espírito-santense, pois focalizou o tema *com aquele quê científico e sério por ele apreendido principalmente através das lições de seu colega e amigo Silvio Romero e de seu mestre Tobias Barreto*. Na introdução do livro, o autor afirmava a importância do estudo sobre a cultura popular: “[...] é nas manifestações mentais e emocionais que estudamos, contrariamente ao que se passa na ordem política, que a expressão – povo – deixa de ser um eufemismo” (CLAUDIO, 1979, p. 19). Em conferência pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, em sessão comemorativa do centenário de Afonso Cláudio, a filha do autor descreveu desta forma o processo de produção da pesquisa:

Constituiu esse livro o resultado de um verdadeiro mergulho na tradição do povo capixaba. Tinha, então, sessenta e quatro anos de idade e parecia um jovem – cantando quadrinhas, interpelando vários portadores do folclore, fazendo ressurgir lembranças que lhe brotavam do subconsciente. (MELO, 1959, p. 18).

A poesia romântica também ocupava espaço nessas publicações, a exemplo da *Jardim Poético*, de José Marcelino de Vasconcellos, e uma coletânea de poetas capixabas lançada em 1873. Esses livros foram impressos com recursos do próprio Estado na tipografia do jornal *O Espírito Santense*. A única exceção foi o livro do padre Francisco Antunes de Siqueira, impresso no Rio de Janeiro, na Casa Leuzinger. Assim sendo, pode-se constatar que a produção de livros se desenvolveu, desde o seu início, atrelada ao aparelho do Estado.

Não por acaso, no Espírito Santo se reproduzia algo comum ao conjunto da República: a censura. Não era raro os presidentes de Estado controlarem o que era publicado na imprensa e até mesmo a escolha de livros que seriam adotados nas escolas. Enfim, como se dizia na época, *não era a República dos sonhos*. O controle exercido pelos órgãos da República era tão forte, que alguns jornalistas e escritores lastimavam o fim da Monarquia. Esse é o caso, citado por Hallewell (2005), do jornalista e professor do Ginásio Nacional e da Escola Normal do Rio de Janeiro,

José Veríssimo de Matos, que assim escrevia em 1900 (p. 225):

Nos últimos vinte anos do império, nenhuma [imprensa] seria mais livre no mundo. Com a República essa liberdade diminuiu sensivelmente, tornando-se vulgar, em todo o paiz, a destruição, o incêndio, o empastellamento de typographias, os ataques pessoases, ferimentos, mortes ou tentativas de morte de jornalista. (MATOS, 1900, p. 225).

Além da censura exercida pelos órgãos oficiais, havia ainda a censura social norteada pelos valores morais da época. De acordo com esses valores, os livros eram divididos entre os que ofereciam uma boa leitura e os que ofereciam uma *má leitura*, ou seja, aqueles que reforçavam a moral vigente e aqueles que representavam uma contestação desses valores. Essa ideia pode ser identificada em vários textos que circulavam na sociedade capixaba desde meados do século XIX. No jornal *Espírito Santense*, de 3 de abril de 1884, no artigo intitulado *Educação e leitura*, o autor discutia a influência da leitura na educação dos jovens estudantes. Para ele, a força da leitura era tão determinante que poderia ser capaz tanto de regenerar quanto de corromper o caráter do estudante.

Ninguém negará a influencia da leitura sobre o homem. Pois bem, essa influencia e seus efeitos serão bons ou máos segundo o livro; porque se pelos bons exemplos, pela boa leitura se pode regenerar, reabilitar o mau, o perdido; pela má se perde a virtude obliterão-se os sentimentos nobres, e muitas vezes se é impellido ao crime. Desta leitura má, desses livros perigosos, vem a corrupção, a libertinagem e a sede de gozo. (O ESPÍRITO SANTENSE, 3 abr. 1884, p. 3).

Os *romances* eram considerados os livros mais perigosos: “A nossa mocidade não lê um bom livro, mas devora um romance qualquer que seja, julgando encontrar nelle não só o deleite, mas a instrucção e todos os conhecimentos” (O ESPÍRITO SANTENSE, 3 abr. 1884, p. 3).

Deve-se observar que, no que tange a esse aspecto das más influências, a preocupação maior estava sempre relacionada com a leitura praticada pelas moças: “[...] E se achamos irreparáveis os males causados pela má leitura nos moços, o que não diremos em relação às moças?”. O autor alerta para o perigo do romance e aconselha os pais a não permitirem “[...] a entrada no quarto da moça desses romances immoraes e materialistas.” (O ESPÍRITO SANTENSE, 3 abr 1884, p. 3).

O alvorecer do século XX: novos rumos do livro, da literatura e da leitura

A passagem do século XIX para o século XX foi marcada por uma série de mudanças relacionadas com a produção literária e a política de circulação de livros que consideramos fundamentais para a análise do objeto em apreço. Com relação aos rumos da produção literária, no decorrer das últimas décadas do século XIX, ocorreu um movimento de transformação em todos os campos da produção, denominado por Bosi (1994, p. 245) de *viragem anti-romântica*: “[...] chamou-se realista e depois naturalista na ficção, parnasiana na poesia, positiva e materialista em filosofia”. A produção escrita assumiu, progressivamente, uma nova ótica social, marcada por uma consciência histórica e crítica e preocupada com a busca do que seriam os valores *genuinamente brasileiros*. As letras passaram a representar um instrumento de ação e a leitura uma forma de tomada de consciência da nossa condição histórica e social.

Contudo, essa produção teórica focalizava os diversos aspectos da realidade social a partir dos pressupostos do *evolucionismo*, *darwinismo social* e do *determinismo biossociológico*. O pensamento de Silvio Romero, em relação às letras brasileiras, evidencia claramente a presença desses pressupostos positivistas nas análises tecidas sobre as questões nacionais. Para o autor, a literatura – como as demais artes e o folclore – manifesta os fatores naturais e sociais e a influência das correntes estrangeiras:

A literatura brasileira não se furta as condições gerais de toda literatura antiga e moderna, - ser a resultante de três fatores fundamentais: **o meio, a raça, as correntes estrangeiras**. Da ação combinada desses três agentes, atuando nas idéias e nos sentimentos de um dado povo, é que se originam as criações espirituais a que se costuma dar o nome de literatura. A literatura é apenas um ramo da criação artística, a arte da palavra escrita ou falada, que, como toda a arte não passa de um capítulo da sociologia. Ora, o fundamento de toda sociologia, a sua condição primordial, vem a ser – terra e gente, o meio e a população. (ROMERO, 1953, p. 297, grifo meu).

Autores, como Tobias Barreto e, principalmente, Sílvio Romero produziram um ideário que se perpetuou até os primeiros anos do século XX e exerceu uma forte influência nos centros de estudo superior e, conseqüentemente, na formação dos profissionais que atuavam no ensino secundário por todo o país. Além disso, Sílvio Romero escreveu livros didáticos, como o *Compêndio de história da literatura*

brasileira (em colaboração com João Ribeiro) em 1906, e *A história do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis*, em 1890, destinados, respectivamente, ao ensino de Literatura e História no curso secundário. Esses livros integravam o programa do Ginásio Nacional, referência para as demais instituições de ensino secundário do país e serviram de modelo para outros escritores de livros didáticos.

Desse modo, Silvio Romero tornou-se o ícone de toda uma geração de intelectuais do Estado e suas ideias exerceram uma enorme influência na produção literária local. O escritor e político capixaba Afonso Cláudio, formado em Direito na *Escola do Recife*, foi um dos mais importantes divulgadores das suas ideias e uma referência fundamental para escritores e professores do Estado. Seguindo o modelo teórico de Romero, escreveu o livro *História da Litteratura Espírito Santense*, com o propósito de apresentar um histórico das tradições folclóricas e da atividade literária do Espírito Santo. O estudo foi concluído no ano de 1907, contudo o autor enfrentou enormes dificuldades para a publicação da obra. Rejeitado pela imprensa nacional e estadual, sob a alegação de falta de recursos, o trabalho foi publicado cinco anos depois na cidade do Porto. Esse fato evidencia as barreiras encontradas pelos escritores locais na publicação dos seus trabalhos, mesmo quando se tratava de um representante da elite econômica local.

O livro didático *Noções de Literatura*, de autoria de Pimentel (1917), professor de Português e Literatura da Escola Normal e do Ginásio Espírito Santo, é outro exemplo da influência dos pressupostos positivistas entre os escritores do Estado. Essa influência pode ser percebida logo nas primeiras reflexões teóricas tecidas pelo autor na introdução do texto:

A formação embryonaria de um país, a sua situação geográfica, o clima, a raça ou as raças que entraram na sua constituição, bem como as suas lutas e conquistas, o progresso e o retrocesso na marcha geral de sua existencia, as glórias que o corôam, as amarguras que o contristam, numa palavra, o palpitar de toda a sua vida, – vão reflectir-se na obra de seus filhos mais illustres. (PIMENTEL, 1917, p. 5).

O livro, adotado em todos os estabelecimentos secundários do Estado, conforme Decreto Presidencial nº 3.347, de julho de 1917, seguia o modelo dos outros manuais da época. Apresentava a literatura como um processo evolutivo associado ao movimento histórico geral. Descrevia as diversas escolas literárias e seus principais representantes (ênfase dada aos autores portugueses), destacando

alguns trechos de suas obras mais significativas. Reservava uma parte do trabalho às expressões literárias nacionais e locais, evidenciando a preocupação da época com a afirmação de uma identidade no campo das letras. Com relação à vida literária capixaba, afirmava: “Nós nunca tivemos, e ainda hoje não temos, uma literatura própria, original, caracteristicamente, definitivamente constituída” (PIMENTEL, 1917 p. 96). Na verdade, esse tipo de afirmação era recorrente entre o círculo de escritores da época que idealizavam a produção de uma literatura capixaba conforme as referências e modelos externos.

Esses exemplos mostram que as letras passam a representar um instrumento de ação na tentativa de reconhecimento da nossa condição histórica e social, mesmo que, inicialmente, essa reflexão estivesse atrelada aos modelos externos. No Espírito Santo, a partir, principalmente, da primeira década do século XX, essa perspectiva de leitura ganhava espaço entre grupos locais que atuavam nas áreas da cultura e educação, principalmente entre os professores secundaristas da Capital. Além de Silvio Romero e Tobias Barreto, outros escritores, como Machado de Assis, Aluísio Azevedo, Raimundo Correa, Alberto de Oliveira, Olavo Bilac e Rui Barbosa, dentre outros, eram presenças constantes nas seções literárias dos jornais da Capital⁵. Os textos desses autores circulavam entre os professores e integravam os programas de curso do Ginásio e da Escola Normal (ESPÍRITO SANTO (Estado), Decreto n. 4.325, 1921, p. 450).

Euclides da Cunha, Graça Aranha e Lima Barreto tiveram publicações na imprensa capixaba, contudo o mais reverenciado entre os professores secundaristas da Capital era o primeiro. *Os Sertões* era leitura obrigatória para os alunos do Ginásio Espírito Santense. Além disso, serviu de inspiração para o professor Ceciliano Abel de Almeida⁶ na realização de seu livro *O desbravamento das selvas do Rio Doce*, certamente uma das principais obras da historiografia capixaba sobre a Primeira República. Nela, o autor, dentro do espírito euclidiano, narra o período em que trabalhou como engenheiro na construção da ferrovia Vitória – Minas, 1905 a 1930, descrevendo a paisagem, o gentio, registrando seus costumes, suas cantigas e suas rezas. A organização do livro também segue o modelo de *Os Sertões*: a primeira parte apresenta uma descrição do meio físico das regiões próximas ao Rio Doce e a segunda apresenta a população de índios e caboclos que habitavam as regiões ribeirinhas. Na narrativa de Almeida (1959), *o caboclo do Rio Doce* é comparado com o sertanejo de Euclides da Cunha. Apropriando-se da conhecida

frase desse autor, Almeida afirma: “[...] o caboclo é, antes de tudo, um forte”. (ALMEIDA, 1959, p. 35).

Graça Aranha, que, em 1890, escreveu *Canaã*⁷ durante sua estada no interior do Estado, como juiz municipal, era bem menos citado, e seu livro, apesar da forte relação com o Espírito Santo, não aparece entre os indicados nos programas escolares. Aparentemente, o tema polêmico abordado na obra e a aproximação do autor com o Modernismo eram incompatíveis com a postura conservadora dos professores de Português e Literatura do Ginásio e da Escola Normal. O livro, antes mesmo do lançamento, foi publicado em forma seriada no jornal o Estado do Espírito Santo, durante o ano de 1902, conforme fragmento abaixo.



Fig. 5 – Jornal Estado do Espírito Santo 12-06-1902.

Lima Barreto também não era muito citado, apesar de seus textos circulares com frequência na imprensa local. Talvez a sua escrita irônica e o seu humor cáustico ferissem o conservadorismo da elite intelectual do Estado.

Por fim, importante destacar também que, com a reforma educacional de Atilio Vivacqua (1929), o Governo Estadual estabeleceu, pela primeira vez, medidas mais sistemáticas para a disseminação dos espaços de leitura entre os professores e alunos das escolas públicas. O programa da reforma previa a organização de bibliotecas nas escolas públicas estaduais, a criação da biblioteca do professor, que

funcionaria em uma sala anexa à Escola Normal, e a organização anual de *feiras literárias* com o objetivo de difundir as obras dos autores locais.

Para disseminar a leitura no interior, principalmente nas zonas rurais, foram criadas as *bibliotecas circulantes* inspiradas em uma política de leitura desenvolvida na época pelo governo francês. O projeto consistiria na formação de várias bibliotecas compostas de livros e revistas que seriam enviados pela Secretaria da Educação às escolas públicas para a distribuição na respectiva localidade. O empréstimo do livro, que poderia ser concedido aos alunos e seus familiares, seria controlado pelos professores das escolas. Depois de entregues pelos leitores, o lote de livros seria enviado à escola mais próxima, seguindo um roteiro estabelecido para a sua circulação. Assim, as diversas bibliotecas circulariam por todas as escolas estaduais. Foram criadas 14 bibliotecas que começaram a percorrer as escolas dos municípios de Affonso Claudio, Conceição da Barra, Colatina, Itabapoana, Moniz Freire, Marataízes, Barra do Itapemirim, Fundão e Timbuí, mas a saída do grupo de Vivacqua, após o golpe de 1930, determinou o fim do projeto.

Considerações finais: o Espírito Santo é retardatário, mas nem tanto!

Quando nos debruçamos sobre a história da leitura, da escrita, bem como das ações do poder público para o incremento de estruturas para o fomento à leitura no Espírito Santo, na virada do século XIX para o século XX, constatamos que, durante esse período, as atividades culturais, como a própria produção literária e a imprensa, mantinham uma total dependência do poder político. Os recursos públicos para tais atividades eram destinados principalmente ao pequeno círculo de aliados políticos do grupo ocupante dos espaços de poder. Além disso, os livros adotados para o ensino primário, como o do professor Pimentel, eram escolhidos diretamente pelo presidente do Estado. Esses fatores explicam a posição do autor em relação ao poder político estadual.

Ademais, é possível constatar que a produção literária capixaba sempre esteve condicionada ao que era produzido no plano nacional, o que fez surgir um tipo de interpretação segundo a qual as iniciativas de natureza cultural ocorriam sempre de maneira tardia e retardatária.

É evidente que o comércio de livros e a atividade literária em geral no Espírito Santo não pode ser comparada com as demais realidades da Região Sudeste.

Contudo, as pesquisas que costumam explicar os diversos aspectos históricos e culturais do Estado, recorrendo à noção do *déficit* e da *ausência*, produziram análises bastante simplificadoras. Como já foi destacado, a circulação e o comércio de livros e impressos na Capital do Estado cresceram de maneira significativa a partir dos últimos anos do século XIX. Por outro lado, ainda que de maneira modesta, tornava-se mais frequente a incursão de escritores locais na atividade literária. Não por acaso, essa movimentação na atividade literária impulsionou a criação da Academia Espírito Santense de Letras em julho de 1921. A criação da academia contou com a ativa participação de professores do Ginásio e da Escola Normal como: Aurino Quintaes, Elpídio Pimentel, Aristeu Borges de Aguiar e Aristides Freire, além de figuras ligadas ao cenário religioso e político do Estado. Esse fato evidencia a estreita relação estabelecida entre esses diversos espaços da vida social.

Ao apresentar esse breve panorama histórico, procuramos destacar as condições gerais que marcaram a produção literária, a circulação do livro e a configuração das práticas de leitura na sociedade capixaba, pois, como alertou Chartier (2001, p. 31), “[...] não se consegue reconstruir a leitura, mas descrever as condições compartilhadas que a definem”. Com relação ao Espírito Santo, mais especificamente à cidade de Vitória, foi possível observar que essas condições estruturais passaram por importantes alterações no decorrer das três primeiras décadas do século XX.

NOTAS

* Maria Alayde Alcântara Salim é doutora em Educação (PPGE-Ufes), professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica (PPGEEB-Ufes) e professora do Departamento de Educação e Ciências Humanas e Sociais (Ufes/Ceunes). Email: malcantara@globo.com

** Ueber José de Oliveira é doutor em Ciência Política (PPGpol-Ufscar), professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (PPGhis-Ufes), colaborador no Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica (PPGEEB-Ufes) e professor do Departamento de Educação e Ciências Humanas e Sociais (Ufes/Ceunes). Email: ueberoliveira@yahoo.com.br

¹ Estatísticas do séc. XX IBGE. Disponível em: <http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1908_12/populacao1908_12v1_022.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2017.

² Ver catálogo completo do acervo da Biblioteca Estadual no ano de 1910: “MAIA, Dr Ubaldo Ramalhete (Secretário do governo e Diretor do Interior). Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro presidente de estado 30 de julho de 1910”.

³ Afonso Claudio nasceu em Mangaraí, município de Santa Leopoldina (ES), no dia 2 de agosto de 1859. Após a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, foi empossado como governador do estado do Espírito Santo em 20 de novembro. Sofrendo oposição de republicanos descontentes com seu governo e de parte dos monarquistas, licenciou-se por motivo de saúde em 9 de setembro de 1890, quando foi substituído por Constante Sodré, e acabou por renunciar em 20 de novembro, quando Henrique Coutinho assumiu seu lugar. Faleceu no Rio de Janeiro em 16 de junho de 1934.

⁴ Segundo o autor, a expressão lemar significava levantar a aba da frente do chapéu e ringidô designava o ruído do sapato novo e seco sob a pressão do pé, aspectos do vestuário que caracterizava os homens livres.

⁵ Podem ser encontrados alguns exemplos de textos desses autores nas seguintes publicações: A PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO 19 de março de 1882, p. 3; ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 6 de maio de 1904, p. 1; ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 8 de maio de 1904, p. 1; ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 12 de junho de 1902, p. 1; ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 13 de agosto de 1899, p. 1; ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 16 de fevereiro de 1890, p. 1; ES-TADO DO ESPÍRITO SANTO, 17 de setembro de 1899, p. 1; ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 29 de julho de 189, p. 1; ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 6 de maio de 1894, p. 1; ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 13 de maio de 1904, p. 1.

⁶ Foi um Engenheiro, professor, administrador, historiador e escritor capixaba, nascido no dia 25 de novembro de 1878, na cidade de São Mateus-ES.

⁷ O Canaã antecipou as discussões referentes à questão racial no país. As teses raciais em conflito são defendidas por dois amigos imigrantes: Mikau e Lentz; este a pregar a vitória dos arianos, enérgicos e dominadores, sobre o mestiço, fraco e indolente; aquele a pregar a interação harmoniosa de todos os povos na natureza maternal. Ver: BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2001, p. 324-331.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ceciliano Abel. **O desbravamento das selvas do Rio Doce**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

BITTENCOURT, Gabriel. **Historiografia capixaba & Imprensa no Espírito Santo**. Vitória EDIT, 1998.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.

CHARTIER, Roger (Org). **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CLAUDIO, Afonso. **História da litteratura espírito-santense**. Rio de Janeiro: Biblioteca Reprográfica XEROX, 1981.

CLAUDIO, Afonso. **Insurreição de Queimado: Episódio da História da Província do Espírito Santo**. Vitória: Editora da Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1979.

DAEMON, Basilio Carvalho. **Provincia do Espirito-Santo: sua descoberta, historia chronologica, synopsis e estatística**. Victoria: Typografia do Espirito Santense, 1879.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire pelo Director de Instrução Pública José Joaquim Pessanha Póvoa**. Rio de Janeiro: Typ Leuzinger, 1897.

ESPÍRITO SANTO. Presidente do Estado (1912-1916: Souza). **Mensagem do Presidente do Estado do Espírito Santo enviada ao Congresso do mesmo Estado na sua sessão de abertura a 15 de outubro de 1914 [por] Marcondes Alves de Souza, Presidente do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Typ e papelaria Pimenta, 1914.

ESPÍRITO SANTO Presidente de Estado (1916-1920: MONTEIRO). **Relatório apresentado em 23 de maio de 1920 pelo Dr. Bernardino de Souza Monteiro ao passar o governo ao seu sucessor Sr. coronel Nestor Gomes.** Vitória: Sociedade de Artes Gráficas, 1920

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil:** sua história. São Paulo: EDUSP, 2005.

MELO, Judite Freitas de Almeida. Centenário de Afonso Cláudio. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.** Vitória, 1959, p. 17-20.

PIMENTEL, Elpídio. **Um punhado de galicismo:** pelo vernáculo. Vitória: Tip. Do Diário da Manhã, 1917.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura** brasileira: contribuições e estudos gerais para o exato reconhecimento da literatura brasileira. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953. t. 1.

Recebido em: março de 2017.

Aprovado em: maio de 2017.